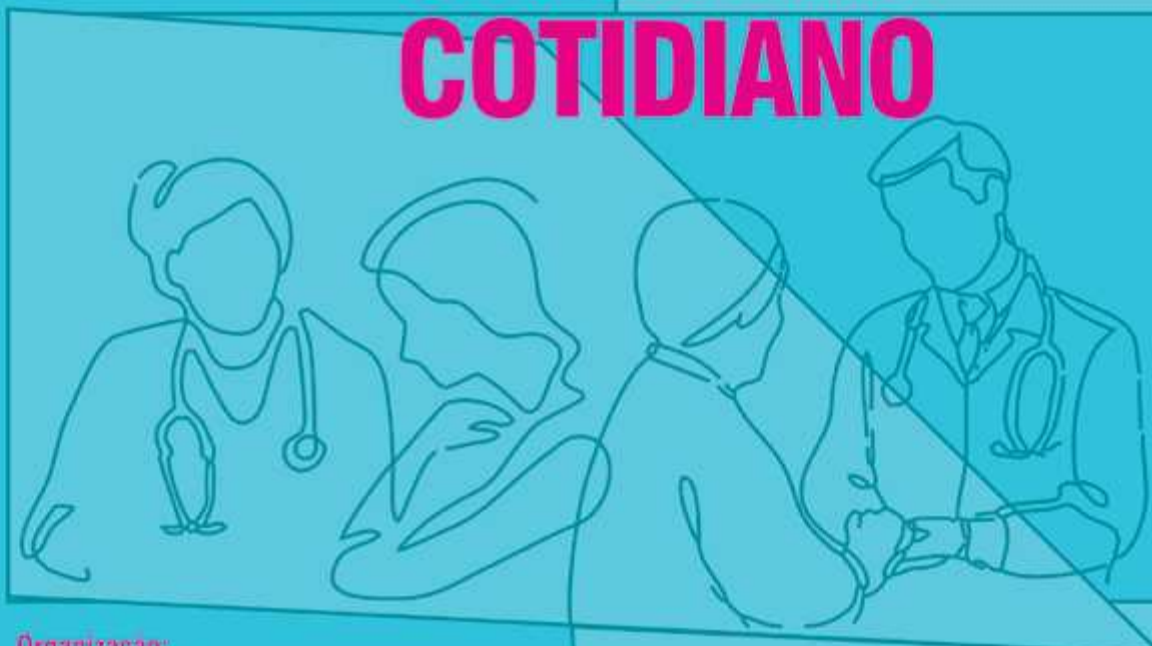


2021 Ano Internacional dos Trabalhadores da Saúde e Assistência

A PANDEMIA E O TRABALHO EM SAÚDE: VOZES DO COTIDIANO



Organização:
Francisca Valda
Priscilla Viegas
Monica Duraes
Cristiane Gosch
Astrid Sarmento Cosac
Alcindo Antônio Ferla



Conselho Nacional
de Saúde



OPAS



Coordenador Nacional da Rede UNIDA
Alcindo Antônio Ferla

Coordenação Editorial
Editor-Chefe: Alcindo Antônio Ferla

Conselho Editorial

Adriane Pires Batiston • Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil).
Alcindo Antônio Ferla • Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil).
Ángel Martínez-Hernández • Universitat Rovira i Virgili, Espanha).
Angelo Stefanini • Università di Bologna, Itália).
Ardigó Martino • Università di Bologna, Itália).
Berta Paz Lorido • Universitat de les Illes Balears, Espanha).
Celia Beatriz Iriart • University of New Mexico, Estados Unidos da América).
Denise Bueno • Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil).
Emerson Elias Merhy • Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil).
Érica Rosalba Mallmann Duarte • Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil).
Francisca Valda Silva de Oliveira • Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil).
Héider Aurélio Pinto • Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil).
Izabella Barison Matos • Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil).
João Henrique Lara do Amaral • Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil).
Júlio Cesar Schweickardt • Fundação Oswaldo Cruz/Amazonas, Brasil).
Laura Camargo Macruz Feuerwerker • Universidade de São Paulo, Brasil).
Leonardo Federico • Universidad Nacional de Lanús, Argentina).
Lisiane Böer Possa • Universidade Federal de Santa Maria, Brasil).
Liliana Santos • Universidade Federal da Bahia, Brasil).
Luciano Bezerra Gomes • Universidade Federal da Paraíba, Brasil).

Editores Associados:

Ricardo Burg Ceccim, Márcia Fernanda Mello Mendes, Júlio César Schweickardt, Sônia Lemos, Fabiana Mânica Martins, Denise Bueno, Maria das Graças Alves Pereira, Frederico Viana Machado, Márcio Mariath Belloc, Karol Veiga Cabral, Daniela Dallegrave.

Mara Lisiane dos Santos • Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil).
Márcia Regina Cardoso Torres • Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, Brasil).
Marco Akerman • Universidade de São Paulo, Brasil).
Maria Augusta Nicoli • Agenzia Sanitaria e Sociale Regionale dell'Emilia-Romagna, Itália).
Maria das Graças Alves Pereira • Instituto Federal do Acre, Brasil).
Maria Luiza Jaeger • Associação Brasileira da Rede UNIDA, Brasil).
Maria Rocineide Ferreira da Silva • Universidade Estadual do Ceará, Brasil).
Paulo de Tarso Ribeiro de Oliveira • Universidade Federal do Pará, Brasil).
Quelen Tanize Alves da Silva • Grupo Hospitalar Conceição, Brasil).
Ricardo Burg Ceccim • Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil).
Rodrigo Tobias de Sousa Lima • Fundação Oswaldo Cruz/Amazonas, Brasil).
Rossana Staevie Baduy • Universidade Estadual de Londrina, Brasil).
Sara Donetto • King's College London, Inglaterra).
Sueli Terezinha Goi Barrios • Associação Rede Unida, Brasil).
Túlio Batista Franco • Universidade Federal Fluminense, Brasil).
Vanderléia Laodete Pulga • Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil).
Vera Lucia Kodjaoglanian • Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde/LAIS/UFRN, Brasil).
Vera Maria da Rocha • Associação Rede Unida, Brasil).
Vincenza Pellegrini • Università di Parma, Itália).

Comissão Executiva Editorial

Alana Santos de Souza, Jaqueline Miotto Guarnieri, Márcia Regina Cardoso Torres, Renata Riffel Bitencourt

Projeto Gráfico, Capa e Diagramação

Renato Pereira Jr.

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Pedro Anizio Gomes - CRB-8 8846

V144p	Valda, Francisca (org.) et al. A Pandemia e o Trabalho em Saúde: vozes do cotidiano / Organizadores: Francisca Valda, Priscilla Viegas, Monica Duraes, Cristiane Gosch, Astrid Sarmento Cosac e Alcindo Antônio Ferla. – 1. ed. – Porto Alegre, RS: Editora Rede Unida, 2022. 144 p. E-book: PDF. Inclui bibliografia. ISBN 978-85-54329-46-4. DOI 10.18310/9788554329464. 1. COVID-19. 2. Políticas de Controle Social. 3. Saúde Pública. 4. Vulnerabilidade em Saúde. I. Título. II. Assunto. III. Organizadores.
21-3018098	CDD 610.6:303.485 CDU 616-036.21

ÍNDICE PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO

1. Medicina: Saúde Pública; Catástrofes (terremotos, epidemias, pandemias, guerras).
2. Serviços de Saúde Pública; Pandemia.

Copyright © 2022 Associação Brasileira Rede UNIDA.

Todos os direitos reservados.

Rua São Manoel, 498 - Bairro Santa Cecília - Porto Alegre / RS
CEP: 90620-110 - Fone: (51) 3391-1252 - e-mail: secretaria@redeunida.org.br
Fone: (51) 3391-1252
http://www.redeunida.org.br/

ISBN 978-85-54329-46-4



SUMÁRIO

SABEREMOS PRODUZIR NOVAS MANHÃS: A PANDEMIA E O TRABALHO EM SAÚDE NA EXPRESSÃO DAS VOZES DO COTIDIANO _____ 8

Astrid Sarmento Cosac, Francisca Valda da Silva, Priscilla Viegas Barreto de Oliveira, Monica Diniz Durães, Cristiane Gosch, Alcindo Antônio Ferla

A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO COM O CONTROLE SOCIAL PARA A EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE DO TRABALHADOR _____ 20

Ileana Neiva Mousinho

A NÃO PROTEÇÃO DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA EM TEMPO DE COVID-19 _____ 38

Antonio Fernando Megale Lopes, Luciana Lucena Baptista Barreto

EFEITOS DA COVID 19 SOBRE A FORÇA DE TRABALHO EM SAÚDE _____ 60

Maria Helena Machado, Jocelio Henrique Drummond, Denise Motta Dau, Swedenberger do Nascimento Barbosa, Wilson Aguiar Filho, Eliane Aparecida Cruz

EFEITOS DA COVID-19 NAS POPULAÇÕES EM ÁREAS VULNERÁVEIS NOS CENTROS URBANOS: TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS EM MOVIMENTO, LUTOS E LUTAS _____ 80

Aline Blaya Martins

EFEITOS DA COVID-19 SOBRE A FORÇA DE TRABALHO FEMININA NO BRASIL _____ 102

Tânia Aparecida de Araujo, Thalita Renata Oliveira das Neves Guedes

EFEITOS DA COVID 19 NAS POPULAÇÕES EM ÁREAS VULNERÁVEIS NOS CENTROS URBANOS: TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS EM MOVIMENTO, LUTOS E LUTAS

Aline Blaya Martins

Resumo executivo

Os efeitos da COVID-19 sobre as vidas das pessoas que vivem em áreas vulnerabilizadas dos grandes centros urbanos não foram iguais aos efeitos sentidos em outros espaços socioeconômicos das metrópoles. Desta forma, este ensaio crítico da realidade se propõe a analisar, à luz do tempo histórico onde está socialmente inserido e de referenciais clássicos e contemporâneos das ciências sociais e humanas, o fenômeno da pandemia em áreas periféricas da cidade. Para tanto, se vale do conceito de cidades de Milton Santos, Frantz Fanon e Darcy Ribeiro para pensar a segregação socioespacial e suas consequências, bem como, se apoia em Paulo Freire para pensar na construção de possibilidades e inéditos viáveis diante da situação-limite que a pandemia e o Estado brasileiro impuseram às comunidades. Ademais, para ilustrar tais dispositivos de luta, resistência e insurgência, resgata importantes ações construídas em favelas e comunidades do país durante a pandemia, tais como as conduzidas pelos os movimentos comunitários da Favela de Paraisópolis em São Paulo/SP, na Grande Cruzeiro em Porto Alegre/RS e no Morro do Adeus no Rio de Janeiro/RJ. Também estabelece diálogos com a cultura local e com a literatura e ciência contemporâneas para chegar ao fim do texto apresentando ao leitor uma análise crítica da realidade de enfrentamento à pandemia feita até aqui pelo Estado brasileiro que convoque os mais diversos atores sociais para a construção de uma nova ordem social através de uma *praxis* comprometida com as vozes, anseios e perspectivas que vêm da periferia para que não se combata apenas o vírus, mas, sim, toda e qualquer forma de opressão.

*Para se transformar num verme cometa injustiças,
ou então, aceite-as.*

(Sérgio Vaz²)

² Poema do Livro Colecionador de Pedra de Sérgio Vaz, o poeta da Periferia que fundou em 2000 a Cooperativa Cultural da Periferia (Cooperifa). Também foi o criador do Sarau da Cooperifa. Promoveu em 2007 a Semana de Arte Moderna da Periferia, inspirada na Semana de Arte Moderna de 1922. Foi escolhido pela revista Época um dos 100 brasileiros mais influentes de 2009.

Introdução

A crise gerada pela pandemia no Brasil, e em todos os países de capitalismo periférico, somada a severa crise econômica, vem consolidando diariamente seus efeitos perversos sobre a classe trabalhadora e sobre as famílias que vivem na periferia. Passados meses empilhando misérias e amontoando sofrimentos, as cidades veem a crise se entranhar principalmente em áreas vulnerabilizadas localizadas em grandes centros urbanos. Como nos alertavam Frantz Fanon (2021) e Milton Santos (2014) as cidades colonizadas ou submetidas à sanha do modo de produção capitalista são cidades divididas. Há uma cidade onde há cuidado em saúde, uma cidade onde há acesso a bens e consumo, onde há perspectiva de amanhã, uma cidade onde mora o luxo e a riqueza. E há uma outra cidade, uma cidade acocorada, suja, esfomeada, mal-afamada, moribunda. É nesta cidade que habitam os cidadãos que têm sua cidadania roubada, amputada, ou que nem sequer se percebem cidadãos³ (FANON, 2021; SANTOS, 2014). Este é o espaço onde a dignidade é cotidianamente usurpada em troca de um prato de comida, de um copo de água, de um comprimido de paracetamol ou de qualquer substância capaz de alterar o estado de consciência que insiste em fazer perceber-se humano em meio à desumanidade.

Os impactos da COVID-19 nas vidas destes cidadãos que habitam territórios, favelas, comunidades e periferias das metrópoles brasileiras e que são historicamente alienados e expropriados da riqueza social coletiva e colocados em uma situação de vulnerabilidade ocorreu de forma muito distinta. Cabe ressaltar que a concepção de vulnerabilidade, aqui aplicada à perspectiva de adoecer e morrer em decorrência não apenas pela contaminação pelo vírus da COVID-19, encontra-se implicitamente engendrada na multideterminação de sua origem não estritamente condicionada à questão biológica, mas sim determinada por dimensões que vão desde fragilidades de vínculos afetivo-relacionais até a ausência ou precariedade no acesso aos meios essenciais para reprodução da vida social, tal como a água, terra e moradia, até o direito à oportunidade de trabalho digno que permita prover desde segurança alimentar até acesso a bens e serviços públicos, do lazer ao cuidado em saúde em tempo oportuno, fatores estes atravessados pelo sistema de proteção social adotados pelo Estado brasileiro e interdependentes de seus investimentos e dos “desejos” do Capital.

O cenário em que observamos a vida neste momento na periferia brasileira infelizmente não nos surpreende e já é um velho conhecido de um povo que tem sua cidadania todo dia mutilada. Quem vive nestes territórios já nasce sabendo que as metrópoles brasileiras são espaços divididos conforme uma hierarquia urbana que coloca na base da pirâmide, lugares meramente geográficos, onde se espremem milhares de brasileiros que passam pelo fenômeno da fome coletiva vivendo em casas precárias ou em casebres

³ Cabe lembrar da mãe de cinco filhos, vivendo em situação de rua, que ao ser libertada depois de ser presa por roubar macarrão instantâneo e refrigerante disse: Meu grande sonho é ser gente. <http://www.esquerdadiario.com.br/Meu-grande-sonho-e-ser-gente-diz-mae-que-foi-presa-por-furtar-R-21-69-em-comida>.

sufocantes que fazem a casa muito engraçada de Vinícius de Moraes⁴ parecer luxuosa (SANTOS, 2014; CASTRO, 1969), enquanto no topo estão os lugares socioeconômicos onde se vive o reino da abundância onde até os cachorros e gatos, leia-se *pets*, comem *fast food*, comprado pelo *e-commerce* em pleno horário de *home office*. Foi nesta perspectiva que a pandemia expôs as mais perversas contradições que envolveram, por exemplo, a obrigatoriedade de distanciamento social e outros mecanismos de combate ao Coronavírus tais como medidas que a princípio poderiam ser consideradas simples tais como ficar em casa ou lavar as mãos. Verdadeiros desafios diante da condição de vulnerabilidade socioambiental imposta a quem vive nas periferias, lugares onde *lockdown* nunca representou absolutamente nada para além de mais uma palavra sem sentido.

Diante desta realidade, a crise causada pela pandemia expôs feridas antigas e mais uma vez obrigou movimentos sociais e comunitários a construir possibilidades e ações que amenizassem o peso vivido pelos seus. A complexidade da vida cotidiana nos territórios periféricos já estava muito distante dos tais direitos constitucionais à saúde, moradia e educação e da dignidade humana. Imagine-se, então, a realidade imposta pela pandemia e por um Estado que escolheu a defesa dos interesses do capital e a disseminação do vírus como caminho.

Todavia, há sempre uma terceira via e, neste ensaio, é para ela que queremos olhar após compreendermos um pouco mais sobre o cenário que está posto. Após uma análise da realidade atual, olharemos para as trilhas possíveis constituídas dentro de territórios insurgentes por aqueles que não aceitam a determinação do infortúnio como caminho único, que tem “o direito à esperança como direito e ao sonho como dever e que sabem que sua verdadeira liberdade consiste nisso” (SANTOS, 2014).

É preciso olhar para as metrópoles que embora sejam divididas em várias “cidades”, pulsam a partir da riqueza social construída (para poucos) pela força de trabalho da grande massa de trabalhadores que as habitam e esperam respostas que o Estado e o Mercado historicamente não têm dado e não têm interesse em dar. Desta realidade, desde o início da pandemia podemos observar que a vida dos trabalhadores oriundos das periferias foi se transformando de forma progressiva e cada vez mais severa, da vulgar realidade vendida por um recém chegado governo neoliberal com velhas maneiras de vender às classes populares o discurso meritocrático de valorização de um suposto empreendedorismo, do entregador de aplicativo ou do técnico de enfermagem terceirizado que se divide entre três empregos, à chegada do vírus da COVID-19 associada à falta d’água, emprego, comida e direitos sociais etc. Vida onde única coisa que se acumula é a escassez.

Em pouco tempo a narrativa de uma suposta glamourização da meritocracia foi trocada pela ostensiva superexploração do trabalhador formal e informal cooptado por vínculos trabalhistas cada dia mais precarizados

ou por subempregos ou pelo desemprego propriamente dito. Situações extremas que transformaram a uberização da vida em uma alternativa supostamente atrativa (ANTUNES, 2021). Sendo a única possibilidade de prover condições materiais para a reprodução social da vida quando se morre de COVID-19 ou de fome, ou de indignidade, ou de tudo ao mesmo tempo, o trabalhador subalternizado da periferia se vende ao capitalista de tal forma que não lhe resta nada além de adquirir os meios de produção, por este, leia-se a moto, a bicicleta ou o carro, e rezar para que o capitalista permita que sua força de trabalho gere valor suficiente para que pague pela prestação do veículo, pelo combustível, pela manutenção e quiçá sobre alguma coisa ao final do dia para levar comida para casa depois de ter passado o dia transportando comida para os outros sem ter condições de alimentar a si mesmo.

No ano em que a Organização Mundial de Saúde e a Organização Pan-americana dedicam seus esforços e fazem sua devida homenagem aos Trabalhadores de Saúde que dedicaram sua força de trabalho ao cuidado de tantos e que, muitas vezes, pagaram com a própria vida por estarem no *front* contra a COVID-19, e onde a região das Américas compõe a campanha que destaca a necessidade urgente de aumentar a proteção do trabalhador de saúde, cabe a reflexão sobre quem são e como vivem os trabalhadores de saúde do Brasil e sobre a chamada que convoca a construirmos juntos uma realidade que, como dizia Paulo Freire, seja a concretização de um inédito viável (FREIRE, 2019) ou de possibilidades concretas e urgentes para o sairmos vivos e seguros disso tudo.

Embora lembremos naturalmente de médicos e enfermeiros ao pensarmos no trabalhador da saúde, e que estes realmente precisem ser lembrados, há, para além deles, milhares de trabalhadores que compõem o setor saúde que fazem serviços técnicos, administrativos, serviços gerais e que vivem, no pouco tempo que lhes resta da jornada absurda de trabalho, em territórios vulnerabilizados pelo Estado em todas as nuances possíveis da necropolítica. Para estes trabalhadores, muitas vezes, também é a uberização da vida e o acúmulo dos riscos de exposição no trabalho e no lar na periferia, o que resta.

Neste íterim, cabe pensarmos se o momento em que vivemos não configura uma situação-limite que possa sim levar o povo a descer do morro mesmo que não haja carnaval⁵. Paulo Freire (2019) disse que é a necessidade emergente de superação de uma situação-limite o que leva à concepção radical de inéditos-viáveis ou de possibilidades concretas de superação (FREIRE, 2019). Seria a eclosão e a duração prolongada de uma pandemia que gerou a morte de mais de 600.000 pessoas, em sua esmagadora maioria, pobres viventes de áreas empobrecidas das grandes cidades, um batalhão de trabalhadores uberizados, descartados, empurrados à morte pela falta de proteção social de uma nação que escolheu os enviar para a morte em um plano macabro de disseminação do vírus (CEPEDISA-USP & CONECTAS, 2021), o suficiente para nos considerarmos em uma situação-limite que fosse capaz de nos mobilizar a busca de alternativas?

⁴ A Casa, de Vinícius de Moraes, é uma das canções infantis mais conhecidas do país. A discussão sobre o significado da letra ressurge de tempos em tempos, dando asas às teorias criativas, contudo, aqui a ideia é trazer à tona a concepção mais literal da canção, o pensar nas moradias onde o que mais se tem, é o nada.

⁵ Aqui faz-se menção ao grande orixá que viveu entre nós, mestre Wilson das Neves e sua canção-obra prima “O dia que o morro descer e não for carnaval”.

A bem da verdade, havia, e ainda há, a necessidade de construção de uma nova ordem social e de um agir político consequente e militante que envolvesse todos os atores sociais. A escuta e o fortalecimento dos movimentos comunitários, a ampliação das estratégias bem sucedidas, o adensamento de redes, a vacina, a defesa intransigente de um Sistema Único de Saúde (SUS) feito para e COM a população e a destituição do mandatário maior da nação deixaram de ser estratégias e passaram a ser imperativos para toda e qualquer pessoa que questione uma ordem social onde *offshores* e outras palavras que não tem significado nenhum para a maioria das pessoas importa mais do que vidas. Para estas pessoas, dentre as quais esta pesquisadora militante se inclui, é preciso construir musculatura para levantar a cidade ajoelhada, para que esta tenha força para se fazer ouvir ao ponto que o direito à moradia venha antes do direito a posse de um imóvel, aonde o direito à comida e água venha antes do direito a posse de armas, onde o morro possa descer para ver o carnaval e não para ter que lutar contra um governo que se tornou mais perigoso do que o próprio vírus e onde o perigo depende significativamente do espaço da cidade onde por azar ou sorte coube a alguém ter nascido.

VIVENDO AS MARGENS DAS CIDADES, COMUNIDADES

O processo histórico brasileiro foi construído à custa do suor e da própria vida de massas de trabalhadores silenciados, alienados e expropriados em sua dignidade em troca de um prato de comida ou de um copo de água. Destes descenderam aqueles que, segundo os Racionais MCs⁶ viriam a sobreviver no inferno (RACIONAIS MC'S, 2018).

Darcy Ribeiro contou, em sua obra clássica *O Povo Brasileiro* (1995), sobre o processo caótico de urbanização do país e o nascimento das periferias enquanto espaços fadados à exclusão social e à violência, consequência da expulsão do campesinato rumo as grandes cidades sem a proporcional incorporação desta massa proletária no processo de industrialização. Segundo o autor:

O Brasil alcança, desse modo, uma extraordinária vida urbana, inaugurando, provavelmente, um novo modo de ser das metrópoles. Dentro delas geram-se pressões tremendas, porque a população deixada ao abandono mantém sua cultura arcaica, mas muito integrada e criativa. Dificulta, porém, uma verdadeira modernização, porque nenhum governo se ocupa efetivamente da educação popular e da sanidade.

⁶ *Sobrevivendo no inferno* é considerado o álbum mais importante do rap brasileiro. Em 2007, ele figurou na 14ª posição da lista dos 100 melhores discos da música brasileira da Revista Rolling Stone Brasil. Em 2015, o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, presenteou o Papa Francisco com o álbum numa visita ao Vaticano. Em 2018, o álbum foi incluído pela Comvest (Comissão Permanente para os Vestibulares da UNICAMP) na lista de obras de leitura obrigatória para o vestibular de 2020. Meses depois, a obra virou livro, com selo da Companhia das Letras.

Em nossos dias, o principal problema brasileiro é atender essa imensa massa urbana que, não podendo ser exportada, como fez a Europa, deve ser reassentada aqui. Está se alcançando, afinal, a consciência de que não é mais possível deixar a população morrendo de fome e se trucidando na violência, nem a infância entregue ao vício e à delinquência e à prostituição. O sentimento generalizado é de que precisamos tornar nossa sociedade responsável pelas crianças e anciãos. Isso só se alcançará através da garantia de pleno emprego, que supõe uma reestruturação agrária, porque ali é onde mais se pode multiplicar as oportunidades de trabalho produtivo. Não há nenhum indício, porém, de que isso se alcance (RIBEIRO, 1995, p. x).

Esperavam-se respostas do Estado e era o mínimo a se esperar diante da expansão das cidades que levou implicitamente a um descompasso entre as necessidades da população urbana por moradia, saneamento básico, escola, emprego, saúde e todas as condições materiais e imateriais necessárias à reprodução da vida. O aumento populacional, a ocupação de espaços públicos impróprios para a moradia, a precarização das condições de trabalho, as jornadas prolongadas de trabalho e o subemprego naturalmente foram construindo territórios onde as relações sociais e a cultura não são produzidas a partir dos mesmos valores que conduzem as relações sociais nas áreas privilegiadas da cidade.

A cidade descrita por Frantz Fanon (2021), em *Os Condenados da Terra*, que descreve a cidade do colonizado referindo-se a então Argélia ainda colônia da França, não se distinguia e segue não tendo muita diferença da cidade descrita por Darcy Ribeiro, ou do Inferno descrito pelos Racionais MC's, ou a São Paulo das manhãs que, segundo Emicida⁷, sempre tem lá seus Vietnãs. Em comum, Argélia, Vietnã e Brasil são todos países, países com alma de periferia, para os poderosos, são todos um pouco favela, com muito mais “quebradas” do que “Avenidas Oscar Freire”. Estados como estes, criados e mantidos para que ricos fiquem cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres.

É neste cenário que precisa estar posto o pensamento e a capacidade de análise dos impactos da pandemia nas comunidades vulnerabilizadas por um Estado que realmente se faz diariamente mínimo. Um cenário que exige o deslocamento do olhar em direção a uma visão de mundo que está para além do que o *status quo* determina, que exige que concepções, normas, condutas éticas, práticas sociais e interações possam ser identificadas e mediadas considerando as contradições e a dialética que opera em tempos e territórios com vida e identidade próprios, que subvertem a cultura de massas, e que se aproximam e se afastam em fluxos, ora articulados, ora totalmente desconexos, em relação à cidade dos privilégios onde *home office*, isolamento social e a dúvida sobre o *lockdown* realmente existiram.

⁷ Menção a belíssima canção *A Ordem Natural das Coisas* de Emicida. Interpretada por ele com a participação de MC Tha.

Enquanto alguns poucos viram seus filhos crescerem mais de perto do que nunca e ainda desfrutam do privilégio de trabalhar em casa, as mães da periferia perderam as poucas opções de trabalho que restavam por não terem com quem deixar as crianças enquanto as escolas estavam fechadas (sem ensino e sem merenda escolar). Enquanto o shopping era reaberto e as Unidades de Tratamento Intensivo (UTI) seguiam lotadas, a elas era dada a escolha entre o tráfico, a coleta de material para a reciclagem (chamado vulgarmente de *lixo* em outros lados da cidade), e a prostituição e/ou o retorno ao mapa da fome. A pandemia agravou o paradoxo brasileiro da fome deixando de um lado da rua esfomeados, sem máscara e sem água para lavar as mãos, disputando restos com animais, enquanto do outro lado da rua o restaurante da rede de hamburgueria que o dono disse que não via problema se alguns morressem desde que a economia não parasse, descartava o alimento excedente por que a lei determina que o faça pelo risco de doar alimentos “contaminados”.

A inversão de valores é gritante e convoca. A escola da periferia para, mas o shopping não pode parar. O trabalhador precisa abrir mão de auxílio emergencial porque ganha um salário de fome para uma família de cinco ou dez pessoas, mas os bancos e grandes empresas precisam ser amparados. O pensamento crítico que parte de tamanhas contradições se torna chave para compreensão a respeito dos limites impostos tanto as políticas urbanas e de saúde e quanto às estratégias construídas pelos movimentos sociais no sentido de darem conta da promoção de saúde e da preservação da vida em meio à tamanha desigualdade social, conflitos e disputas que em nada se assemelham de um lado ou de outro da cidade partida. Essa incapacidade se impõe e se materializa em mais de 600 mil vidas assassinadas pelo Estado e pelo capital que na pandemia apenas evidenciaram problemas estruturais e complexos, que diariamente desafiam os viventes do caos urbano que foi ampliado durante a pandemia.

Contudo, é nas brechas e nos vazios que projetos de cidade não programados, mesmo que reprimidos, se constituem no espaço marginal, ocupando, resistindo e disputando a ordem social através da ação política de resistência e insurgência daqueles que, como Paulo Freire, acreditam no povo e com o povo produzem-se e produzem revoluções. É ali, no que para uns representa o inferno e para outros o único espaço possível de se viver, na contradição posta entre as principais medidas preventivas à COVID-19 (uso de máscara, álcool em gel, lavagem de mão e isolamento) e a dimensão social da determinação do processo saúde-doença que as revoluções são possíveis. Na ausência de um Estado comprometido com as demandas populares pautadas pela classe trabalhadora nasce a necessidade emergente de priorizar e articular melhorias das condições de vida, do trabalho e das estruturas sociais junto com ações concretas de/da saúde que não culpabilizem e nem estigmatizem os moradores da periferia pela disseminação deste vírus que a bem da verdade adentrou as comunidades por meio da burguesia.

Mas, a ação política construída de baixo para cima não é uma tarefa fácil e é preciso que se fale sobre como o povo tantas vezes se sente vencido pela situação, situação que se transmite a gerações, que se sentem abandonadas ao próprio curso e engolida pela máquina do capitalismo que frequentemente as leva a desistir de tentar, desistir de lutar e resistir. Assim como tem os que resistem, lutam e convocam a luta, também tem os que se entregam aqueles que desistiram, e com total razão. É por isso que se tem que celebrar e compor e que se tornam ainda mais importantes os que lutam, os que convocam. É preciso urgentemente andar de mãos dadas e tentar levantar para que estes não se entreguem.

José Falero⁸ (2020), pensador da periferia de Porto Alegre, traz um diálogo estrondoso em seu livro *Os supridores*, nele um jovem, em busca de perspectivas, fala para o camarada que já não está vivo, que ele sobrevive e por tanto não tem lugar para sonhos, nesse lugar ele se pergunta “qual é o valor da vida?” E responde: nenhuma. Vamos suportando a vida, então, a morte não chega a ser um mau negócio (FALERO, 2020). A morte. A morte que é só mais um “negócio”. Aceitar a morte como um bom negócio. Aceitar que morte também é alta. Aceitar fazer-se verme.

A PERIFERIA EXISTE E, QUANDO CONSEGUE, RESISTE

A COVID-19 chegou ao Brasil, e, em um primeiro momento, falava-se que se tratava de uma doença democrática que colocava em um mesmo barco burgueses e proletários, porém, muito rapidamente observou-se que embora todos estivessem realmente em meio a uma tempestade e a deriva no mar, alguns estavam em um iate abarrotado de mantimentos, enquanto outros em canoas rudimentares cheias de buracos. E foi ali, dispondo apenas das canoas furadas das grandes metrópoles, que os remos foram colocados nas águas do mar e as faíscas de resistência e luta que mostravam o horizonte foram desenvolvidas nas/pelas comunidades, pelos trabalhadores, que na maioria das vezes remam e seguem remando mesmo que contra as marés. Lutam, remam, mesmo sem a tão necessária associação entre poder público e população. Para a sobrevivência popular, o que há de novo é a aceleração do tempo da urgência, que passa a ser o tempo imediato. Esse descompasso temporal exige uma reestruturação rápida de redes de solidariedade e uma nova Socialização. Se a pandemia, por um lado, desacelera o tempo econômico do capital, por conta do isolamento social, por outro intensifica a condição de urgência das camadas populares (DOMINGUEZ & KILNK, 2021).

Neste momento de enfrentamento a pandemia, observou-se realmente a urgência dentre as camadas populares e por motivos óbvios a breve desaceleração por parte do capital, e o desinteresse do capital externo em manter seus investimentos nos países “das quebradas” só agravou o desemprego, a superexploração/uberização e a dependência do assistencialismo de quem não tem a menor possibilidade de “escolher” outra vida.

Na vida que cabia nas periferias, a velocidade de circulação do vírus foi fortemente influenciada por seu poder de transmissibilidade e infectividade e pelas condições naturais e materiais desfavoráveis do ambiente. Sendo assim,

⁸ José Falero é um escritor gaúcho da periferia de Porto Alegre. Os Supridores conta a história dos amigos Pedro e Marques, funcionários da rede de mercados Fênix, que resolvem vender maconha para tentar melhorar de vida, uma representação nua e crua da realidade de um Brasil desigual que carrega como pano de fundo uma ácida crítica ao modo de produção capitalista com base na teoria marxista.

a presença de eixos viários de conexão nos territórios, as moradias em sua maioria pequenas e apinhadas de pessoas e a precariedade na cobertura de saneamento básico precisavam ser importantes parâmetros para a análise socioespacial da doença e para o planejamento e execução de políticas públicas de proteção social. A interação entre processos globais de uma doença que atinge o mundo inteiro e condicionantes locais ímpares a cada espaço introduz complexidade que devem ser tratada como fenômeno multiescalar e social (DOMINGUEZ & KILNK, 2021) onde dialogam e trazem implicações diretas para o povo periférico tanto o preço do arroz no mercado internacional, quanto à *offshore*⁹ do ministro, quanto às péssimas condições do transporte público, de abastecimento de água e tratamento de esgoto, ou de assistência a famílias com baixa renda que deveriam ser amparadas pela seguridade social.

Dentro do sistema de seguridade social estão a saúde e a assistência social. Contudo, o que se teve por parte do Estado durante a pandemia foi pouco e tardio, mesmo com os bravos esforços dos trabalhadores. O que o Estado proporcionou foi pouco, mínimo, e tardio, e apenas escancarou a fragilidade destes setores que ainda estão à mercê de políticas de governo, enquanto, por direito, deveriam ser políticas sólidas de Estado.

Contudo, em um governo neoliberal a serviço do capital e de rentistas, não se poderia esperar nada mais do que a perpetuação de problemas crônicos e a impotência dos trabalhadores diante de um governo que jogou contra, espalhou o vírus, banalizou e induziu a morte por meio de sua necropolítica (CEPEDISA-USP & CONECTAS, 2021).

A realidade observada no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que deveria proteger a população mais vulnerabilizada na estrutura social brasileira, é de intensas disputas e de sistemática fragilidade. No SUS não é diferente. Na pandemia, um contingente expressivo de brasileiros não teve condições de fazer isolamento social por estar sendo privado de condições mínimas à preservação da dignidade humana. Para estes a assistência social, na pandemia e antes dela, muitas vezes representa um dos únicos dispositivos capazes de viabilizar a sobrevivência em territórios onde *home office* não é nem de longe uma realidade. Nesta perspectiva, o Auxílio Emergencial de R\$ 600,00, pago por três meses, foi aprovado em abril de 2020 (BRASIL, 2020a) e estendido por mais alguns meses (BRASIL, 2020b) estando o tempo todo na berlinda e em disputa por aqueles que detêm o poder político e econômico do país e que em nada dependem da assistência social. Todavia, em uma metrópole, tal como São Paulo, Rio de Janeiro ou Porto Alegre, sequer o valor inicial seria o suficiente para garantir o sustento e a dignidade de uma família. E cabe lembrar que este valor pífio diante do custo de vida em uma metrópole não é somado a outros benefícios (permanece apenas o de valor mais alto, possivelmente R\$600,00).

⁹ *Offshore* é o nome comum dado às empresas e contas bancárias abertas em territórios onde há menor tributação (em comparação ao país de origem dos seus proprietários, e geralmente referidos como paraíso fiscal) para fins lícitos (mas, por vezes, ilícitos, quando estas ocultam a origem do dinheiro seja por crime ou corrupção). Recentemente foi noticiado que o Ministro da economia mantém uma *offshore* em um paraíso fiscal apesar de possíveis conflitos de interesse.

Um exemplo de território urbano onde é impossível se viver com o valor do auxílio emergencial e que teve que se organizar a partir da urgência foi Vila Andrade, em São Paulo, que possuía, em 2010, uma população de 127.015 habitantes (São Paulo, 2020), distribuídos em 40.826 domicílios, dentre os quais 49,58% estavam localizados em favelas e 2.793 não possuíam ligação com a rede de esgoto (IBGE, 2010). Realidade dura que se soma ao baixo número de unidades básicas- 0,31 para cada dez mil habitantes e que se materializa em precárias condições de saúde da comunidade (REDE NOSSA CIDADE, 2019).

Apesar de a Vila ser muito populosa (maior que muita cidade brasileira considerada de médio porte) e desigual, dentre os próprios desfavorecidos, possui apenas 8 serviços públicos de saúde. Em 2018, o tempo médio de espera para realizar consulta com clínico geral na rede pública era de 75,26 dias e a proporção de leitos hospitalares, públicos e privados, disponíveis para cada mil habitantes em 2018 era de 0,31 (REDE NOSSA CIDADE, 2019).

Considerando as dificuldades já citadas, enfrentar a pandemia e controlar a disseminação do vírus foi um desafio que poderia levar a comunidade a um caos com grande número de pessoas contaminadas e mortas pela COVID-19, bem como pelo sofrimento gerado pelo desemprego, fome e tantos outros problemas já consolidados. Porém, a articulação e mobilização das próprias comunidades geraram estratégias eficientes de enfrentamento. Um exemplo disso aconteceu na comunidade de Paraisópolis, a segunda maior favela de São Paulo, localizada em sua maior margem territorial no distrito de Vila Andrade, onde se estima que vivam cerca de 89 mil de pessoas em 21 mil moradias, incluindo barracos e outros tipos de construções (GONH, 2010). Paraisópolis é a mais concreta imagem da cidade partida, da desigualdade e da segregação uma vez que a favela é separada apenas por um muro dos prédios residenciais de alto padrão do Morumbi.

A comunidade da favela, pouco tempo antes da pandemia de COVID-19, tinha enfrentado uma das suas mais históricas provações, uma intervenção violenta e repressiva da Polícia Militar (PM), que ainda é discutida pela justiça brasileira – aconteceu em dezembro de 2019 durante o baile mais famoso da favela, o “Dz7” e desencadeou em nove mortes de jovens de Paraisópolis. Concomitante à violência policial, os moradores têm enfrentado, também, os despejos de famílias orquestrados pela prefeitura de São Paulo sob a prerrogativa de reintegração de posse.

A remoção das famílias em tempos de pandemia – com intervenção também da PM e da Guarda Civil Metropolitana (GCM) - traz à tona uma política higienista, no sentido de “eliminar” a pobreza visualmente observada nos espaços da cidade. O despejo de famílias – no território da cidade de São Paulo – sob a premissa de estarem ocupando territórios “ilegais” delimita uma necropolítica na gestão das vidas e violação do direito humano - e básico - como o da moradia, visto que as condições de existência dessas pessoas são agravadas em tempos de Covid-19 (SOARES, 2020, p.x).

Todavia, nem tudo é dor, e dentro das contradições da periferia, a vida existe e constrói possibilidades. Paraisópolis existe e compõe o G10, um potente grupo que reúne as 10 favelas mais ricas (e possivelmente mais organizadas

de São Paulo). E a favela organizada não assiste a necropolítica como o verme inerte que o capital o representa no imaginário dos ricos mais ricos. Há luta e foi justamente por meio da luta e organização comunitária que em um esforço extraordinário mobilizou a comunidade para rapidamente gerar uma extensa rede de assistência por toda a Zona Sul da capital paulista, produzindo diversos comitês comunitários e com várias frentes de ação: criação de casas de acolhimento para quarentena de moradores com suspeita de infecção pelo coronavírus, contratação de ambulâncias com equipe médica, organização de estratégias de retirada dos corpos das partes mais altas das favelas e apoio nos funerais e desenvolvimento de ações de caráter social e econômico para apoiar trabalhadores informais sem renda (DOMINGUEZ & KLINK, 2021).

Os comitês comunitários, em menos de um mês, geraram um sistema estruturado e organizado de enfrentamento à COVID-19, lá aconteceram iniciativas tais como a escolha e formação de “presidentes de rua”, que são voluntários com a função de monitorar e orientar um número determinado de famílias em relação aos sintomas da COVID-19. Através de tecnologias virtuais (WhatsApp e redes sociais) a comunidade identificou/identifica famílias com casos e com distintas vulnerabilidades e aciona o próprio sistema de saúde.

Imagem 1 - Cozinha comunitária de Paraisópolis/SP.



Fonte: Registro fotográfico feito por Rafael Stédile, 2020.

Outras iniciativas para geração de renda, a cozinha e hortas comunitárias e a fabricação de máscaras também foram feitas dentro da favela de Paraisópolis, contudo, estas e outras sucessivas ações foram desenvolvidas através do terceiro setor.

A presença das Organizações Não Governamentais (ONG) (terceiro setor) em Paraisópolis e em várias outras comunidades periféricas configura um movimento estratégico de inclusão dos moradores na favela nos processos produtivos desenvolvidos como contra-fluxo do histórico processo de exclusão e desigualdade social que os mantém segregados de direitos sociais e da conquista de uma concreta cidadania. Contudo, o terceiro setor constitui um fenômeno complexo, diferenciado e contraditório que atua no nível do poder local e suas organizações se definem com fins públicos sem fins lucrativos, mas que de fato formam uma massa de organizações que ocupam brechas e se sustentam/justificam na ausência do Estado na garantia dos direitos sociais. É preciso lembrar que embora as ONGs sejam na perspectiva reformista de curto prazo necessário, acabam por desenvolver ações pontuais, focalizadas, sem de fato atender às reais necessidades da população da favela no que tange a raiz dos problemas. Como dizia Paulo Freire (2019), é necessário entender que há quem queira cuidar dos pobres e há quem lute para que não existam pobres. Mas, enquanto a ordem social vigente não for questionada em sua raiz, não caberão atribuições de juízo de valor rasas ou sabotagens a quem arregaça as mangas para dar de comer a quem tem fome, para quem dá trabalho e dignidade. Apenas vale o questionamento a quem está aberto a pensar nas cooperativas e em outras formas de economia solidária que promovam para além da renda a emancipação e a formação ético-política através do trabalho.

Imagem 2 - Favela de Paraisópolis/SP.



Fonte: Registro fotográfico feito por Rafael Stédile, 2020.

Em Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, o número de casos confirmados de COVID-19 foi menor que em São Paulo, mas a periferia sofreu e também se organizou mesmo diante de inúmeras dificuldades. Um dos territórios que pode ser tomado como exemplo dessa realidade é a Grande Cruzeiro que inclusive perdeu alguns de seus importantes líderes comunitários para a COVID-19. A Gerência Distrital Glória/Cruzeiro/Cristal é um território que equivale aproximadamente a um distrito de São Paulo e é uma região que, apesar de abrigar mais de 80 comunidades em situação crítica de privação de direitos, também possui uma potente história de organização e mobilização social tendo inclusive ocupado um serviço de pronto atendimento da região, na década de 80, para que não fosse fechado (COORSAÚDE, 2019, NEGREIROS, 2020).

O território é composto por seis bairros divididos em três distritos, com realidades sociodemográficas e econômicas bastante heterogêneas, mas, em sua maioria a população é composta por pessoas que se autodeclaram brancas. Quanto aos domicílios, foram observadas variações entre 37,54% a 20% das moradias sendo consideradas precárias nos distintos bairros. Mais de 1,3% das moradias não possuíam energia elétrica e 3 a 8% apresentavam esgoto a céu aberto o que corresponde a mais de 1.000 domicílios. A taxa de analfabetismo era de 3,29% e mais de 40% das famílias possuem renda de até um salário mínimo. A gerência conta com mais de 20 unidades de saúde e com Centro de Saúde Vila dos Comerciantes (CSVC) que abriga o Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul (PACS) que é o maior pronto atendimento do Sul do Brasil (Porto Alegre, 2017) e outros 18 distintos serviços (COORSAÚDE, 2019).

No entanto, embora pareça uma rede relativamente estruturada de saúde que poderia ter sido efetiva na prevenção e assistência aos contaminados pela COVID-19, não foi e, de fato, cotidianamente não é. O desemprego que já vinha em níveis alarmantes aumentou vertiginosamente, a água não chega a vários espaços do território, a violência aumentou, o Instituto Municipal de Saúde da Família, responsável pela assistência de grande parte da região foi desmontado e substituído, em plena pandemia, por uma rede terceirizada de serviços de provimento de equipes de atenção básica e a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) foi terceirizada, bem como foi aprovada na Assembleia Legislativa de Porto Alegre a privatização da Companhia Riograndense de Saneamento que prove a água para as comunidade e trata o esgoto¹⁰ (cabe pensar no quanto a periferia representará um mercado interessante para as empresas privadas de energia elétrica e água e no quanto bens primários que são indispensáveis à manutenção e reprodução da vida deveriam ser bens inalienáveis a todo e qualquer cidadão).

Desta forma, a pandemia também vem representando para o movimento comunitário da Cruzeiro com mais um grande desafio e, diante dele, trabalhadores, trabalhadoras e suas famílias, também se colocaram à frente de uma série de estratégias de enfrentamento à realidade imposta. Uma das primeiras iniciativas veio da União de Vilas da Grande Cruzeiro, uma entidade que como o G10 congrega diversas entidades do movimento comunitário e

que se uniu para buscar parceiros junto a universidade e ao terceiro setor para o combate à fome que assola os territórios. Além da captação e descentralização de cestas básicas, a instituição também construiu iniciativas de reunir costureiras do território para a fabricação de máscaras e estimulou as comunidades a implementarem e ampliarem as cozinhas comunitárias e a distribuição de marmitas.

A parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) também gerou a captação e distribuição de álcool gel sintetizado ou fracionado na universidade.

Outro projeto feito por instituições locais, União de Vilas da Grande Cruzeiro, Associação de Moradores da Vila Tronco e arredores e Periferia Move o Mundo, em parceria com a Fiocruz e com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul também implementaram uma série de ações socioeducativas e emancipatórias nos territórios, trabalhando com estratégias produzidas com artistas locais através da produção de material gráfico, grafite e máscaras que foram distribuídas e levadas a múltiplos espaços do território. As ações de rádio comunitária, criação de jingles com artistas locais e circulação de informações levadas pelas lideranças comunitárias, mas construída através de fontes confiáveis também foram transmitidas massivamente através de carro de som que circulava pelas comunidades. Ainda se destacaram o teatro e o hip hop com produções relacionadas à temática das condutas preventivas em relação ao vírus, bem como uma reflexão crítica sobre as omissões do Estado.

Imagem 3 - Grafite da Associação de Moradores Força Maior da Pedreira. Grande Cruzeiro/POA/RS.



Fonte: Registro fotográfico feito por Isabelle Rieger, 2021.

¹⁰A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul aprovou, no dia 31/08/2021 o projeto de privatização da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan). Atualmente, a empresa é responsável pelo fornecimento de água e o tratamento de esgoto de 317 dos 497 municípios do estado. Atualmente a Corsan fornece água potável para 97% das áreas urbanas. No entanto, apenas 17% das áreas são conectadas a uma rede de esgoto.

Uma das comunidades fortalecidas por tais processos foi a comunidade da Vila Pedreira, no Bairro Cristal, que compõem a Grande Cruzeiro. Através do movimento comunitário da Associação de Moradores Força Maior da Pedreira uma série de ações foram implementadas. A parceria com o terceiro setor conseguiu levar banheiros e reformas para vários domicílios, que não possuíam ou que tinham condições muito precárias de saneamento, e construiu um forno de barro para o provimento de alimentos para a comunidade independente do gás de cozinha. Já a ligação orgânica com movimentos sociais tais como a Fome tem Pressa (organizado pela Central Única de Trabalhadores) e Movimento Sem Terra (MST), bem como com doadores da sociedade civil, permitiram a manutenção praticamente ininterrupta de distribuição de cestas básicas, roupas, produtos de higiene, marmitas e o reforço escolar para as crianças severamente prejudicadas em seu rendimento escolar por um ensino domiciliar que não existiu para a maioria das famílias da comunidade (em relação às parcerias para captação e distribuição de alimentos e combate a insegurança alimentar, o MST merece destaque pela solidariedade que vem demonstrando durante a pandemia). Na Pedreira também foram criados grupos de whatsapp tanto com o objetivo de disseminar informações educativas e assistenciais quanto com forma de divulgar o trabalho de “empreendedores” locais.

Imagem 4 - Coletivo Célia Sanches. Grande Cruzeiro/POA/RS.



Fonte: Registro fotográfico feito por Lucas Löff Ferreira Leite, 2021.

Desta forma, a ação incansável das lideranças locais espalhou suas sementes e delas nasceu o Coletivo Célia Sanches, um coletivo formado por estudantes e trabalhadores, da comunidade e de fora dela, em sua maioria da área da saúde, que vem articulando mutirões e ações estratégicas na comunidade da Pedreira (que compõe a União de Vilas da Grande Cruzeiro) e para além dela, auxiliando na articulação, fortalecimento e expansão dos movimentos comunitários. A ideia do coletivo é ser retaguarda ao movimento comunitário associando força de trabalho à formação ético-política do próprio coletivo e da(s) comunidade(s), de forma a constituir redes solidárias comprometidas com a luta por emancipação e transformação social através dos anseios, percepções e contradições oriundas dos territórios e do próprio movimento comunitário. Das ações do coletivo já se concretizaram muitos mutirões de recolhimento de calça, pintura, poda de vegetação, grupos de formação política, captação de livros e mobiliários para a celebração do centenário de Paulo Freire atrelado a criação de uma futura rede de bibliotecas comunitárias na União de Vilas. Além do cadastro/recenseamento da comunidade da Pedreira para identificação das condições de vida e de moradia de cada domicílio, identificação de famílias vulnerabilizadas pela falta de água, saneamento, em situação de desemprego, fome/insegurança alimentar, necessidades percebidas, anseios por cursos e formação. Sendo o maior desafio posto pelo coletivo a atuação no marco temporal necessário ao trabalho de base, ou seja, a perspectiva é necessária de construção em longo prazo.

Observa-se ainda no território da Cruzeiro uma ampla luta contra as privatizações e pela articulação dos movimentos sociais em defesa da consulta popular numa tentativa de reverter a privatização da Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN). Cabe lembrar que a pandemia segue e que justamente as comunidades periféricas são as mais atingidas por óbitos pela COVID-19 e a que precisa ser priorizada pela complexidade de realizar ampla cobertura vacinal (INSTITUTO POLIS, 2021).

Imagem 5 - Cozinha comunitária da Associação de Moradores Força Maior da Pedreira. Grande Cruzeiro/POA/RS.



Fonte: Registro fotográfico feito por Isabelle Rieger, 2021.

Já no município do Rio de Janeiro, muitas favelas e bairros da periferia com condições históricas e sociais de desigualdade e segregação próximas às das comunidades anteriormente citadas também desenvolveram uma série de estratégias para enfrentar a COVID-19 na ausência de estratégias sólidas vindas do Estado, entre elas o Complexo da Maré, Manguinhos, a Rocinha, Cidade de Deus e o Alemão. Na maioria destes territórios também operaram coletivos e as comissões comunitárias que, além de trabalharem na captação de recursos e no desenvolvimento de ações, passaram a denunciar a impossibilidade de seguir as medidas de isolamento e de prevenção à Covid-19 apresentadas pelos órgãos municipais e estaduais de saúde.

A criação de um “Gabinete de Crise” foi a estratégia no Complexo do Alemão. Lá a mobilização entre moradores e grupos locais construiu tal movimento como forma de enfrentamento à radicalização de problemas estruturais.

No Morro do Adeus, a tática foi ampliar o alcance da plataforma “Voz das Comunidades”, que nasceu em 2005 e que tinha ideia de dar visibilidade aos problemas e às particularidades da favela, que não costumavam ser tratados e divulgados pelas mídias tradicionais. Atualmente, o Voz possui uma plataforma virtual de longo alcance, contando com a participação de diversos coletivos da cidade e da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e oferece diariamente boletins virtuais com a divulgação do número de casos e de óbitos por COVID-19 nas comunidades, dados geralmente negligenciados pelos registros oficiais do Estado. Em 15 de outubro de 2021, o painel COVID-19 registrou 47.832 casos confirmados de COVID e 2.689 óbitos em favelas cariocas (PAINEL VOZ DAS COMUNIDADES, 2021).

Articulados a uma rede que envolve profissionais de saúde da atenção básica, agentes comunitários de saúde e de centros de assistência social; grupos e lideranças políticas; coletivos e movimentos sociais organizados; a plataforma cobre todo o conjunto metropolitano, sistematizando informações estratégicas para o enfrentamento da epidemia, seus impactos e diversos problemas socioambientais. À proporção que a plataforma tomou é inclusive uma quebra de paradigma, porque instituições de pesquisa e governamentais, a exemplo da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), passaram a utilizar-se da plataforma comunitária para a produção de seus próprios boletins institucionais (FIOCRUZ, 2020). É possível lembrar Paulo Freire ou de Milton Santos que nos dizia que nos hiatos deixados aos oprimidos se fariam as revoluções capazes de transformar oprimidos e opressores. Contudo, embora realmente a plataforma venha revolucionando através do painel “Coronavírus nas Favelas” e da divulgação de uma série de ações de coletivos e demais espaços de favela, entre eles trabalhos técnicos a exemplo do “Mapa Social Corona Nº 1 e 2” do Observatório de Favelas, os documentos produzidos e divulgados apenas confirmam a condição desigual do espaço urbano nas favelas e expõe cruamente as dificuldades impostas às classes populares. Um exemplo denunciado pelo Voz foi o do bairro popular de jardim Catarina, localizado no município de São Gonçalo, território de disputa complexo em torno do acesso à água envolvendo moradores, agentes estatais e políticos fluminenses. A situação de precariedade do saneamento no

jardim Catarina levou os moradores, articulados com lideranças comunitárias, a construir uma rede alternativa de abastecimento de água que foi a única alternativa que permitiu a localidades altamente vulneráveis da comunidade o acesso à água para o consumo básico. No entanto, em 2020, durante o seminário “Vozes da favela e da periferia sobre a COVID-19”, realizado no segundo trimestre do ano, lideranças comunitárias do jardim Catarina reforçaram a dramática situação vivida pelo loteamento em tempos de pandemia onde o número de casos da doença crescia em paralelo à angústia pela falta de saneamento no bairro (DOMINGUEZ & KLINK, 2021).

A situação vivida em Jardim Catarina/RJ dialoga com a da Pedreira/POA e poderia gerar um livro inteiro, ou milhares de livros, onde só veríamos uma sucessão de relatos de abundância de descaso e de política da morte em um lado e de luta e luto de outro.

ENLUTADOS, MAS, LUTAMOS

Para encerrar este ensaio é preciso iniciar homenageando os mais de 600.000 brasileiros que se foram e os milhares que sobrevivem nas periferias os quais fazem delas trincheiras e os bravos trabalhadores do SUS que mesmo diante da impotência de lidar com os limites impostos pela desigualdade social estrutural e com a necropolítica que atravessa seu ofício cotidianamente ainda deram e seguem dando o seu melhor para amenizar sofrimentos que adoecem corpos e almas de COVID-19 e de capitalismo.

Cabe ressaltar ao chegar ao final deste texto que, mesmo com as mobilizações e com o esforço hercúleo empreendido nas comunidades de Paraisópolis/SP, na Grande Cruzeiro/POA, no Morro do Adeus/RJ ou uma das tantas outras comunidades que fazem suas lutas que não foram citadas aqui, a realidade do momento é extremamente crítica. A fome já não é uma ameaça, se não uma realidade diária, consequência do desemprego, do aumento dos preços, do abandono de políticas públicas que deveriam proteger a população e que a bem da verdade muito mais ataca do que protege. Nesta perspectiva, que se pontue o “esculacho” representado pelas “facilidades” que o Estado deu proporcionando o aumento da riqueza dos bilionários no Brasil em pleno cenário de fome e desemprego e o imenso vácuo que a destruição do Programa Mais Médicos e a terceirização deixaram nos territórios gerando desassistência e caos, que em tempos de pandemia, atestam mais uma dimensão da necropolítica vigente no país.

Contudo, é preciso trabalhar com projeções de futuro, com estratégias e táticas para que possamos construir realidades menos perversas já que tão cedo o inferno não se transformará em céu, as favelas não deixarão de existir e a população que ali está não sairá destes lados da cidade mal-afamada. Como faremos para que nossas crianças não cresçam pensando que a morte pode ser um “bom negócio”?

Como faremos para que nossas crianças não cresçam pensando que cabe ao esforço individual correr atrás do prejuízo de serem órfãos (desnutridos) da pandemia? Como trabalharemos contra a naturalização da desigualdade uma vez que viver e conviver em condições subumanas sem uma educação libertadora possibilita a retroalimentação das opressões? Como adiaremos o fim do mundo e permitiremos que os filhos da favela deixem a pandemia para trás e possam construir pontes para um futuro melhor?

Se a educação é a ferramenta para mudar o destino, como se faz mudar a educação? Certamente através de um Estado que não espalhe vírus, que não superfature as compras de vacinas, que não trabalhe para defender *offshores* antes de proteger a infância e aos anciãos. Mas, certeza que se Paulo Freire tivesse nascido na periferia, ele também nos diria assim: olha, a educação revoluciona os manos e os manos, pá, revolucionam a parada toda. Então, precisamos nos perguntar: como isso poderá ser possível? Como retomamos a formação de base e a articulação e união de todos os trabalhadores, da informalidade da vila à UTI do hospital?

Não. Como dizia Carlos Marighella (1969), não se pede licença para fazer atos revolucionários e são deles que precisamos neste momento. Não atos heróicos, egóicos e inconsequentes, mas atos que acreditem na subversão necessária para acreditar no povo, na luta e na construção de possibilidade COM e não para as classes populares (CENTELHA, 2019).

Retomemos as bases da reforma sanitária brasileira e entendamos que a compreensão de saúde como direito não se refere apenas a concepção mercadológica e biomédica e na perspectiva de transformar cidadãos em consumidores e usuários de bens de consumo. Precisamos, sim, de um Estado forte e a serviço do povo, que garanta a água, a energia elétrica, a vacina, a consulta médica, o apoio psicossocial e, para, além disso, precisamos, organizada e organicamente, estar na disputa dos espaços e corações. Precisamos compreender os espaços urbanos, as cidades partidas, em suas contradições e disputas, e a partir de então precisamos nos mexer. O movimento precisa ser de construção, de formação de quadros, de escuta e de composição.

O Sistema Único e a Saúde que queremos não pode ser apenas uma massa de manobra de disputas do complexo econômico e produtivo da saúde a mercê do grande capital. A saúde que disputamos é a saúde que floresce da dignidade humana, da esperança e das possibilidades construídas de forma coletiva.

Aceitamos que a energia elétrica fosse privatizada, aceitamos que a água fosse privatizada. Até quando seguiremos esperando? Até que privatizem nossa saúde?

Ao povo o que é do povo. É urgente que entendamos que não se podem resolver problemas coletivos através de ações individuais. Por mais que nosso SUS e nossas comunidades sejam descentralizados e diversos, estamos todos juntos em uma comum unidade, que é a defesa intransigente da dignidade humana e da justiça social como caminhos únicos para a luta.

É preciso ampliar a voz das comunidades, é preciso escutar e compor. E como dizia Paulo Freire (2019) é preciso acreditar no povo e na força de suas massas. Contudo, ações urgentes que dêem um basta ao genocídio que segue em curso no Brasil precisam ser implementadas para ontem ou estaremos todos nos colocando como vermes, como conivente com as injustiças. Como diz mestre Emicida¹¹:

Aí, maloqueiro, aí, maloqueira,
Levanta essa cabeça.
Enxuga essas lágrimas, certo? (Você memo).
Respira fundo e volta pro ringue (vai).
Cê vai sair dessa prisão.
Faz isso por nós
Faz essa por nós (vai)
Te vejo no pódio
Ano passado eu morri. Mas esse ano eu não morro

Trabalhadores do Brasil, uni-vos, com urgência. É uma emergência. Tenhamos o pé e a alma na periferia e escutemos. Estudemos. Temos muito a construir juntos e a hora é agora. Hoje. Façamos isso por nós.

Referências

ANTUNES, R. O vilipêndio da COVID-19 e o imperativo de reinventar o mundo. **O Social em Questão** 49, pp. 111-122.2021.

BRASIL (2020a). **Lei nº 13.982, de 2 de Abril de 2020**. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Brasília/DF, Abr. de 2020.

BRASIL (2020b). **Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020**. Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; dispõe sobre medidas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020; altera as Leis nos 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.101, de 19 de dezembro de 2000, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 10.865, de 30 de abril de 2004, e 8.177, de 1º de março de 1991; e dá outras providências. Brasília/DF Abr. de 2020.

¹¹ Música *AmarElo* do álbum homônimo de Emicida. Uma obra de arte que gerou, entre outras tantas produções do artista em multiplataformas digitais, o documentário “AmarElo- É tudo para ontem” lançado produzido pelo Laboratório Fantasma, empresa da periferia que segue dando emprego e subvertendo lógicas de mercado com a potência da educação e da arte. Dirigido por Fred Ouro Preto e produzido por Evandro Fióti.

- CASTRO, J. **Geografia da fome: O dilema brasileiro: pão ou aço**. Brasília: Editora Brasiliense, 1969.
- CENTELHA. **Ruptura**. São Paulo/SP: N-1 Editora, 2019.
- CEPEDISA-USP; Conectas. Mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à COVID-19 no Brasil. **Boletim Direitos na Pandemia**, 10, 2021.
- COORSAÚDE . Coordenadoria da Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Cenários de Práticas. Distrito Glória/Cruzeiro/Cristal**. Porto Alegre, nov. 2019.
- DOMINGUEZ, M.T.; KLINK, J.J. Metrôpoles em tempos de pandemia: mapeando territórios subversivos nas RMSP e RMRJ. **Cad. Metrop**, 23 (52): 927-947. 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) (2020). **Censo Demográfico 2010**. Resultados gerais da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- INSTITUTO POLIS. **Vacinação desigual contra Covid-19. 2021**. <https://polis.org.br/noticias/vacinacao-desigual-contra-covid/>
- GONH, M. G. Morumbi: o contraditório bairro-região de São Paulo. **Cad. CRH**, 23(59): 267-281. 2010.
- FALERO, J. **Os supridores**. São Paulo/SP: todavia. 2020.
- FANON, F. **Os Condenados da Terra**. Lisboa, PT: Letra livre. 2021.
- FIOCRUZ. **Boletim Socioepidemiológico da Covid-19 nas Favelas**. Rio de Janeiro, 1. 2020.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra. 2019.
- NEGREIROS, F. **A desobediência civil na Vila Cruzeiro do Sul de Porto Alegre**. Brasil Acontece, 2020. Acessado em: 30 de set. 2021. Disponível em : <https://brasilacontece.net.br/a-desobediencia-civil-na-vila-cruzeiro-do-sul-de-porto-alegre/>
- OBSERVATÓRIO DAS FAVELAS (2020a). **Mapa Social Corona. Rio de Janeiro, n. 1**. <https://of.org.br/acervo/mapa-social-do-corona/>
- OBSERVATÓRIO DAS FAVELAS (2020b). **Mapa Social Corona. Rio de Janeiro, n. 2**. Acessado em: 01 de out. 2021. Disponível <https://of.org.br/acervo/mapa-social-do-corona/>
- PAINÉ VOZ DAS COMUNIDADES. **Covid nas Favelas**. Boletim do dia 15 de outubro de 2021. Acessado em: 01 de out. 2021. Disponível em: <https://painel.vozdascomunidades.com.br/>
- PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal de Saúde . **Plano Municipal de Saúde 2018-2021**. 2017.
- RACIONAIS MC'S. **Sobrevivendo no inferno**. São Paulo/SP: Companhia das Letras, 2018.
- REDE NOSSA CIDADE. **Mapa da Desigualdade**. São Paulo, 2019.
- RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Edusp, 2014.
- SÃO PAULO. **Dados demográficos dos distritos pertencentes às Subprefeituras**. São Paulo. 2020.
- SOARES, V.S. **A periferia brasileira no cenário da Covid-19 : aproximações à realidade da Favela Paraisópolis**. São Paulo, 2020.

